

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Atualização do Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2015-2020)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105-122, 2019.

2) Resumo e Palavras-Chave – Crianças e adolescentes em situação de rua tornaram-se um fenômeno comum para aqueles que circulam pelas áreas centrais das grandes cidades brasileiras. Embora essa seja uma questão social complexa, ela ainda é marcada pela invisibilidade na agenda política nacional. Este artigo visa contribuir para o aprofundamento do debate contemporâneo sobre o tema, analisando-o em suas múltiplas dimensões, a partir do levantamento da produção acadêmica nacional sobre população infantil e adolescente em situação de rua, publicada entre 2000 e 2015. As autoras destacam importantes aspectos abordados por pesquisadores de todo o país, muitos dos quais questionam as tipificações e as crenças que homogeneizavam este grupo, contribuindo para a compreensão dos aspectos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos. Estes estudos abordam, ainda, a importância fundamental das políticas públicas, assinalando que, embora a responsabilidade do estado sobre esta população esteja prevista em uma série de instrumentos legais e planos governamentais, os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua ainda carecem de priorização, efetivação e monitoramento para que façam alguma diferença em suas vidas.

Palavras-Chave: crianças e adolescentes; situação de rua; pesquisas brasileiras.

3) Objetivo do estudo – Analisar as múltiplas dimensões do fenômeno, construindo não só um guia para aqueles interessados em explorar a literatura recente que versa sobre este tema, mas também ofertando subsídios para pesquisas e políticas públicas que possam resultar em prioridades de ação que façam diferença na vida dos meninos e meninas que vivem nas ruas.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2000 a 2015.

6) Forma de coleta de dados – Esta análise tem como base 116 artigos, teses e dissertações publicados entre os anos 2000 e 2015, sobre crianças e adolescentes em situação de rua.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – A análise tem como base 116 artigos, teses e dissertações apresentadas no artigo através de seções temáticas, a saber: caracterizando a vida nas ruas; afastamento de casa; Família; Instituições de acolhimento; Violência; Drogas; Trabalho Infantil e adolescente; Educação/Escola e Saúde.

8) Resultados / dados produzidos – Ao mesmo tempo em que acompanhamos avanços normativos fundamentais, constatamos também avanços nos debates e nos diversos estudos que versam sobre crianças e adolescentes em situação de rua. A maior parte dos estudos analisados neste artigo trazem questionamentos importantes às tipificações e às crenças que homogeneizavam este grupo, contribuindo para a compreensão dos arranjos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos. No entanto, ao retratar as crianças e adolescentes em situação de rua como sujeitos de direitos que se desenvolvem em contextos de extrema pobreza e vulnerabilidade, a produção analisada também reconhece a importância fundamental das políticas públicas para garantir a oferta de serviços específicos capazes de estimular o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua, contribuindo para que eles alcancem seu desenvolvimento integral.

Apesar dos avanços existentes no campo normativo, nos debates públicos e na produção acadêmica sobre o tema em questão, ainda se observa o crescimento de práticas punitivas e repressivas que afetam diretamente aqueles que vivenciam contextos de pobreza e vulnerabilidade social. Sobre isso, destacam-se na agenda política atual os debates acerca da redução da maioria penal, do aumento do tempo de internação para adolescentes no sistema socioeducativo, da permissão da divulgação de imagem de crianças e adolescentes em conflito com a lei e da redução da idade de trabalho para quatorze anos. Muito embora as análises aqui apresentadas sejam insuficientes para dar conta de uma questão tão complexa e desafiadora, elas revelam debates e preocupações recentes que são especialmente relevantes diante dos retrocessos no campo dos direitos humanos e dos múltiplos desafios de governabilidade que se apresentam.

9) Recomendações – Diante das particularidades e complexidades da situação de rua, destaca-se a necessidade de maior articulação em rede e do desenvolvimento de um trabalho intersetorial e interdisciplinar capaz de assegurar a promoção e a proteção integral de crianças e adolescentes que vivenciam esta realidade. A ampliação do orçamento público destinado a essas ações, assim como uma maior participação da sociedade civil organizada neste debate, são elementos necessários para a oferta de serviços adequados a essa população. Além disso, recomenda-se a produção de dados e de estudos voltados para a compreensão do fenômeno e para o aprimoramento da ação dos órgãos públicos, tanto no que se refere à elaboração, quanto à implementação e o monitoramento das políticas públicas. As recomendações também se voltam para os profissionais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. A importância do cuidado e da escuta, da contínua formação pessoal e capacitação profissional e da criação de espaços de discussão e supervisão sistemáticas são alguns elementos apontados como capazes de transformar as situações de trabalho e aprimorar o atendimento ofertado.

10) Observações e destaques – Outra questão que merece destaque é a importância da participação de crianças, adolescentes e jovens na construção e execução de propostas referentes ao seu atendimento. Neste sentido, é necessário criar espaços de participação e decisão através dos quais esses sujeitos possam expressar suas demandas e se tornar agentes nas decisões que versam sobre suas vidas. Iniciativas que oportunizam o exercício da cidadania, assim como a reinserção social e a construção de projetos de vida são fundamentais.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.